

# DOS INDIVÍDUOS COMO ATORES DA HISTÓRIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O ARTIGO DE PATRICK PUIGMAL<sup>1</sup>

 Lucia Maria Bastos Pereira das Neves<sup>2;3</sup>

## Resumo

Esse artigo propõe-se a dialogar com algumas das reflexões sugeridas por Patrick Puigmal, em seu artigo intitulado “Militares y agentes napoleónicos en la independencia de América Latina: De forjadores de los ejércitos nuevos a actores del debate político”. Propõe-se, assim, a levantar algumas considerações sobre a ação desses indivíduos nos processos de independência da Ibero-américa. Debruçando-se sobre uma análise teórica acerca da história política em seus novos pressupostos, que incluiu os estudos das biografias e de uma história mais ampla, procurou estabelecer pontos essenciais do texto, especialmente, aqueles que destacavam o caso do Brasil. Ressaltou-se ainda a análise das trocas, circulação de homens e de ideias e de seus encontros na Ibero-América a fim de se ultrapassar uma história simplesmente focada em fronteiras nacionais.

## Palavras-chave

Napoleão Bonaparte – Independência da Ibero-américa – Militares – Transmissores Culturais – História Atlântica.

1 Texto vinculado ao Projeto *Cientista do Nosso Estado/FAPERJ*, 2018-2021 (*Guerra civil, motivo e revolução nos primórdios do Império do Brasil: os panfletos políticos de 1822-1825*), à Bolsa de Produtividade CNPq e Prociência/UERJ.

2 Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Brasil.

3 Atualmente é professora titular de História Moderna da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, lecionando no curso de graduação e no Programa de Pós-Graduação de História Política, no qual foi e é responsável pela orientação de dissertações de mestrado e teses de doutorado. Coordena o Grupo de Pesquisa Idéias, cultura e política na formação da nacionalidade brasileira, cadastrado no GRPesq/CNPq desde 1996, bem como o Laboratório Redes de Poder e Relações Culturais, junto com a Professora Dra. Lucia Maria Paschoal Guimarães. Coordenou o Projeto Pronex/CNPq/Faperj: “Dimensões e fronteiras do Estado Brasileiro no século XIX” (2010-2014).

# ON INDIVIDUALS AS ACTORS OF HISTORY: CONSIDERATIONS ABOUT THE ARTICLE OF PATRICK PUIGMAL

---

## Abstract

In this article, we discuss some reflections suggested by Patrick Puigmal in his article “Military and Napoleonic Agents in the Independence of Latin America: From Forgers of the New Armies to Actors of the Political Debate”(translation by the author), and raise some questions about the action of these individuals in the Ibero-American independence processes. Based on a theoretical analysis of political history with its new assumptions, which included biographical studies and a broader history, we sought to extract the most essential points from the article, especially those highlighting the case of Brazil. We further analyzed the exchanges and circulation of men and ideas and their meetings in Ibero-America so as to go beyond a history solely focused on national borders.

## Keywords

Napoleon Bonaparte – independence of Ibero-America – military – cultural transmitters – Atlantic history.

A ciência histórica nos deixa na incerteza sobre os indivíduos. Ela só nos revela os pontos pelos quais eles se ligaram às ações gerais. Ela nos diz que Napoleão sofria no dia de Waterloo, que é preciso atribuir a excessiva atividade intelectual de Newton à continência absoluta de seu temperamento, [...] e que a fístula de Luís XIV pode ser a causa de algumas de suas resoluções [...]. Todos esses fatos individuais só têm valor porque modificaram os acontecimentos ou porque poderiam ter desviado a série. São causas reais ou possíveis. É preciso deixá-las aos sábios.

Marcel Schwob, *Vidas Imaginárias*. Prefácio.

**E**m 1903, Francois Simiand publicou na *Revue de synthèse historique*, o texto “Méthode historique et science sociale”, que além de objeto de forte discussão, fazia um ataque virulento aos “íolos das tribos dos historiadores”, naquele momento: o ídolo político, o ídolo individual e o ídolo cronológico<sup>4</sup>. Estes objetos comprometiam a pesquisa histórica, em sua visão, apesar de altamente venerados pelos historiadores da chamada “escola metódica”. Sua crítica ao ídolo individual voltava-se para o hábito de se conceber a história como uma história de indivíduos e não como um estudo de fatos, costume que levava, segundo Jacques Revel, a ordenar as pesquisas e os trabalhos em torno de homens e não de um fato social. Para este autor, o campo do historiador nada tem a ver com a soberania do indivíduo, mas com escolhas e estratégias sociais<sup>5</sup>.

Muito tempo se passou e distintas transformações ocorreram na produção historiográfica, especialmente, nos últimos trinta anos do

---

4 Méthode historique et Science Sociale. Étude Critique d’après les ouvrages recentes de M. Lacombe et de M. Seignobos. *Revue de Synthèse Historique*, Paris, t. 6, n. 17, avr. 1903, p. 154-156. Disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k101532s>. Acesso em: 10 out. 2018.

5 Entrevista com Jacques Revel. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, 1997, p. 121-140.

século XX. Se, em março-abril de 1988, um editorial dos *Annales* publicava “Histoire et sciences sociales. Un tournant critique?”, alertando para um período de incertezas e criticando o que se estigmatizava na historiografia atual: “o retorno da narrativa, do acontecimento, do político, da biografia”, vários autores se puseram em alerta, como Denis Peschanski, Michael Pollak e Henri Rousso, afirmando que tal atitude significava ignorar as interrogações recorrentes e fundamentais acerca das maneiras de se escrever a história<sup>6</sup>. Como resultado, em finais de 1989, vinha à luz um número em que o editorial dos *Annales* retomava o apelo do ano passado, “Tentons l’expérience”, ao procurar redefinir um projeto de momento, que não se ligava à fidelidade das ambições que a revista possuía desde seus fundadores. Nesse número, aparecia um artigo de G. Levi sobre os usos da biografia!<sup>7</sup>.

Essa introdução remete ao final do instigante estudo de Patrick Puigmal, intitulado “Militares y agentes napoleónicos en la independencia de América latina: De forjadores de los ejércitos nuevos a actores del debate político”, quando faz referência à citação de Marc Bloch: “el objeto de la historia es esencialmente el hombre. Mejor dicho: los hombres. Más que el singular..., favorece a una ciencia de lo diverso el plural... La historia quiere aprehender a los hombres”. Não os homens de forma isolada, mas inserindo-os num contexto, que, segundo sua “utilização mental”, na expressão de Lucien Febvre<sup>8</sup>, permite escutar as vozes do passado, possibilitando desvendar como esses indivíduos estruturam um discurso e procuraram responder às suas questões por meio de práticas e princípios que, em certa medida, aceitavam ou contestavam de acordo com convenções

---

6 PESCHANSKI, Denis; POLLAK, Michael; ROUSSO, Henri. Le temps présent, une démarche historique à l'épreuve des sciences sociales. In: \_\_\_\_ (Dir.). *Histoire politique et sciences sociales*. Paris: Editions Complexes, 1991, p. 17-24.

7 Tentons l'expérience (editorial). *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. Paris, a. 44, n. 6, nov.-dec. 1989, p. 1317-1323. Para o artigo de G. Levi na mesma revista, ver Les usages de la biographie, p. 1325-1336.

8 FEBVRE, Lucien. Comment reconstituer la vie affective d'autrefois? La sensibilité et l'histoire. In: \_\_\_\_ In: *Combats pour l'Histoire*. 2<sup>e</sup>. Ed. Paris: Armand Collin, 1965, p. 221-238.

predominantes em um determinado momento, como já apontou J. G. A. Pocock e Javier Fernández Sebastián<sup>9</sup>.

Nessa chave de argumentação reside o grande destaque do trabalho de Patrick Puigmal, que lança pistas que levam do indivíduo – no caso, os militares e os agentes napoleônicos – aos atores da história no período das independências da Ibero-américa. Fruto de mais de vinte anos de pesquisa, como ele próprio afirma, o estudo para além de uma história sobre a vida desses homens<sup>10</sup>, procura conectar sua ação ao processo de formação das sociedades independentes dos primórdios do século XIX a uma história mais ampla – a Era das Revoluções de Hobsbawm<sup>11</sup>, ou também a uma história Atlântica<sup>12</sup>, a que indiretamente faz menção, ao afirmar que pretende analisar o papel desses atores nesses países que encontram no Atlântico o ponto de conversão de ideias, cujos estados conhecem uma confrontação atlântica global, que culmina com uma redefinição da soberania entre os impérios ibéricos e suas antigas colônias na América. Atores que assumem, a partir de revoluções e guerras de independência

9 FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. (org.) *Diccionario político y social del mundo iberoamericano. La era de las revoluciones, 1750-1850*. Madrid: Fundación Carolina, Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales, Centro de Estudios Políticos, 2009, p. 25-48. POCOCK, J. G. A.. *Politics, Language and Time. Essays on Political Thought and History*. New York: Atheneum, 1971.

10 Deve-se ressaltar que essa pesquisa de P. Puigmal resultou na publicação de 3 dicionários sobre os militares e agentes napoleônicos que vieram para a América. Cf. PUIGMAL, P. (comp.). *Diccionario biográfico y prosopográfico de los militares napoleónicos durante las campañas de la independencia de Argentina, Chile y Perú (1810-1830)*. Chile: Ediciones de la Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, t. I, 2013; Idem. *Diccionario de los militares napoleónicos durante la independencia de los países bolivarianos* (Colombia, Venezuela, Panamá, Bolívia, Ecuador). Chile: Ediciones de la Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, t. II, 2015 e um último volume, em vias de publicação, que abarca os agentes que foram para o México, América Central, Caribe e Brasil. Agradeço a gentileza de P. Puigmal de me enviar os arquivos dos três dicionários.

11 HOBBSBAM, Eric. *A era das revoluções*. Europa 1789-1848. 4ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. Cf. ainda ARMITAGE, David Armitage; SUBRAMANYAM, Sanjay (eds.). *The Age of Revolution in Global Context, c. 1760-1840*. New York: Palgrave Macmillan, 2010, p. XII-XXVI.

12 ADELMAN, Jeremy. Iberian Passages: Continuity and Change in the South Atlantic. In: ARMITAGE, David Armitage; SUBRAMANYAM, Sanjay (eds.). Op. Cit., p. 59-64.

uma mudança radical, possibilitando a entrada dessas sociedades naquilo que François-Xavier Guerra denominou política moderna<sup>13</sup>.

Destaca-se, assim, sua proposta em narrar uma história aberta em suas trocas, sua circulação de homens e de ideias e de seus encontros. Ultrapassando uma história simplesmente focada em fronteiras nacionais, procura outras abordagens que podem dar novo fôlego à escrita da história.

Antes de entrar em alguns pontos mais específicos do texto, cabe informar que, para além do trabalho em tela, utilizei-me também de um artigo publicado pelo professor Patrick Puigmal, em 2013, na revista *Historia*, intitulado “Brasil bajo influencia napoleônica y francesa. Los mensajeros de la independencia: militares, libreros y periodistas”<sup>14</sup>, cujo objetivo relaciona-se ao tema em questão – ou seja – procurar desmistificar a historiografia clássica que analisa a independência do Brasil com um fato singular, isolado dos acontecimentos continentais. Seu propósito, ao contrário, é inserir a emancipação do Brasil em um contexto mais amplo e demonstrar a importante atuação napoleônica no marco das guerras de independência e da formação do novo Estado do Império do Brasil. Desse modo, utiliza, na prática, a perspectiva de uma História global, integrando a História do Brasil ao movimento das independências ibero-americanas.

Ressalte-se, ainda, que o estudo sobre a temática relacionada a Napoleão Bonaparte sempre foi de grande interesse para mim. Fascinada pelos panfletos políticos, há mais de 25 anos, deparei-me, ao realizar o trabalho sobre os panfletos da Independência, com aqueles que criticavam no mundo luso-brasileiro Napoleão Bonaparte, sua política e seus seguidores. Diversas vezes, eles vieram à tona e tornaram-se uma obsessão até que resolvi me debruçar sobre tais escritos e descobrir, por meio de representações, as imagens que o mundo por-

---

13 GUERRA, François-Xavier. De la política antigua a la política moderna. La revolución de la Soberanía. In: \_\_\_\_; LEMPÉRIÈRE, Annick et al. *Los espacios públicos en Iberoamérica: ambigüedades y problemas*. México: Fondo de Cultura Económica, 2008, p.109-139.

14 *Revista História*. Chile, n. 46, ene.-jun. 2013, p. 113-151. Disponível em: <http://revistahistoria.uc.cl/index.php/rhis/article/view/64/58>. Acesso em 30 set. 2018.

tuguês tinha feito da França e daquele que foi considerado o grande mito do final do século XVIII e o início do oitocentos. Desse estudo, resultou minha tese de professora titular (2003), publicada sob o título *Napoleão Bonaparte: imaginário e política em Portugal, c. 1808-1810* (2003)<sup>15</sup>. Portanto, ler os trabalhos do professor Puigmal foram não só um deleite, mas também uma forma de descobrir indagações que ainda haviam ficado no ar, pois fugiam ao meu objeto de análise. Desse modo, partindo de meus interesses, pretendo dialogar com os principais eixos do texto. Não se objetiva buscar respostas finais e acabadas, mas procurar, nas novas metodologias apresentadas, diferentes interrogações para a análise das trajetórias de militares e agentes napoleônicos enquanto forjadores do processo histórico, no caso específico, da formação dos Estados na América ibero-americana.

O texto se fundamenta em dois pontos-chaves, que podem ser abordados de maneira sucinta: em primeiro lugar, a incerteza do momento em que as elites americanas se encontravam sem saber para onde os novos caminhos das independências as levavam; em segundo, o papel dos militares e agentes napoleônicos que aqui chegaram na América depois da derrota definitiva de Napoleão Bonaparte. Apresenta-se, assim, um rico campo de reflexões sobre o processo das independências e o paralelismo das mesmas nos distintos países da América do Sul, além de abandonar as explicações da historiografia do século XIX, que se limitavam a analisar as independências dentro de um escopo estritamente nacional.

As incertezas e indecisões das elites, que conduziram os múltiplos processos de emancipação e que permitiram a saída do domínio colonial, ainda que por meio de guerras de independências, possibilitaram, segundo o autor, a eclosão de guerras civis mais amplas e custosas do que as guerras iniciais. A diversidade de pensamento, os distintos posicionamentos políticos, econômicos e ideológicos levaram à proposta de variados modelos para as sociedades recém-liber-

---

<sup>15</sup> São Paulo: Alameda, 2008. O livro foi considerado pelo professor Patrick, em seu artigo sobre o Brasil, como um dos trabalhos pioneiros acerca da questão.

tadas pelas elites dominantes, que acabaram por se impor por meio de conflitos. Levando em conta o caso do Brasil, também analisado nos dois artigos, cabe levantar a reflexão proposta há alguns anos pela historiografia, ao se considerar as guerras de independência como uma guerra civil entre portugueses que viviam do lado de cá do Atlântico – aqueles favoráveis à causa nacional ou à causa portuguesa, isto é, partidários das Cortes de Lisboa<sup>16</sup>. Naquele contexto, os escritos de época forneceram novo significado ao conceito de Guerra Civil. No dicionário de Moraes Silva, Guerra Civil era definida como a que “se faz entre os cidadãos do mesmo estado”<sup>17</sup>. Apesar das lutas que tinham como objetivo a unidade do território sob a coroa imperial, vislumbrava-se uma lenda rosada, gestada naquele momento e mantida por muitas décadas pela historiografia do século XIX e mesmo do XX, de que a separação do Brasil de Portugal fora um episódio a que o mundo poucas vezes assistira, pois representara “um povo que reassume os direitos inalienáveis da sua independência, quebra os vergonhosos ferros de seu vitupério e entra, sem ter passado pelos horrores da guerra civil e da anarquia, no círculo das nações livres do universo”<sup>18</sup>. Por conseguinte, nessa literatura de circunstância, a luta pela unidade não representava uma guerra, de forma distinta do que ocorrera na América hispânica. Apenas uma conquista justa para manter o Império sob uma unidade garantida pela Dinastia de Bragança. Somente em textos de liberais mais radicais e que traziam indícios de uma tradição cívica republicana, personificada, por exemplo, em Cipriano Barata, o sentido das lutas de independência adquiriu um caráter de guerra civil. Em seu jornal *Sentinela da Liberdade* na guarita de Pernambuco, ao comentar os diversos conflitos

---

16 HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial: sua desagregação. In: \_\_\_\_\_. *História geral da civilização brasileira* (v. 3: O Brasil monárquico). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965, p. 9-24.

Para uma visão mais recente, cf. RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

17 Antonio de Moraes Silva. *Diccionario da lingua portuguesa*. 2ª ed. Lisboa: Tip. De M. P. Lacerdina, 1813, v. 1, p. 675 (Ed. Fac-simile de 1922).

18 *Diário do Governo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, nº 28, 5 fevereiro 1823.

resultantes dos embates entre “portugueses” e “brasileiros”, Cipriano escrevia sobre a Paraíba:

Os sucessos desta Província não podem ser narrados hoje por inteiro: basta dizer em geral que o Governador das Armas Albuquerque [o Viseo] excitou a guerra civil por ter sido deposto; houve muita briga, mortes e ferimentos, &c. Enfim o Viseo foi preso: ora graças aos céus que vai-se descarregando o Brasil do peso destes Demônios chamados Governadores das Armas; forte peste; fora canalha; fora velhacos; vão promover o Governo absoluto aos Infernos; no Brasil só se admite Governo livre, Cortes Soberanas livres; Livre Imperador pela Livre Constituição e de outro modo não<sup>19</sup>.

Referia-se aos desmandos dos governadores de Armas, que, regra geral, eram portugueses de nascença, além de se proclamarem fiéis às Cortes de Lisboa. Estas ideias relacionadas a uma guerra civil entre os que defendiam a causa brasileira e os que defendiam a causa portuguesa, fossem nascidos no Brasil ou em Portugal, acirraram-se e encontraram maior repercussão depois do fechamento da Assembleia em 1823<sup>20</sup>. Desse modo, abre-se a possibilidade de uma outra análise: o estabelecimento entre guerras civis e guerras de independência, pensando no caso do Chile e do Brasil. E, nestas, sem dúvida, o papel do Exército em formação, sobretudo com a entrada dos militares e agentes napoleônicos.

Outro ponto de destaque em seu texto, o mais relevante, relaciona-se ao papel dos militares e agentes napoleônicos que aqui chegaram na América, especialmente, após, 1815. Dois aspectos tornam-se fundamentais: destacar as ações desses indivíduos enquanto atores do processo político, mas também, vê-los como transmissores culturais ativos, os passeurs na expressão da historiadora Diana Cooper-

---

19 *Sentinela da Liberdade na guarita de Pernambuco*. Recife: Typ. De C & C, n° 50, 24 setembro 1823.

20 MOREL, Marco (org.). *Sentinela da Liberdade e outros escritos (1821-1835)*. São Paulo: Edusp, 2009, p. 20-21.

-Richet, ou seja, homens que contribuíram para a circulação de ideias entre as duas margens do Atlântico, indicando a existência de intercâmbios diversos naquele momento do início do oitocentos. Estes indivíduos acabaram por representar importantes forças políticas ao fazerem escolhas em relação à política da época a partir de sua vivência da cultura europeia<sup>21</sup>.

Da mesma forma, o estudo mostra a diáspora de homens e ideias que permitem compreender como as sociedades do século XIX produziram alteridade com a distância e identidade com a hostilidade, na visão de Boucheron<sup>22</sup>. Ou seja, o texto nos aponta uma história aberta sobre o mundo, suas trocas, suas circulações e seus encontros. Nesse caso, o encontro de civilizações tão distintas – como a Ibero-americana e a francesa – por meio das ideias que, em sua essência, eram oriundas da Revolução Francesa, uma vez que para além de militares, vieram bonapartistas, termo que segundo Puigmal mostra sentidos distintos em função do período em que os deslocamentos se situam: favoráveis ao lado mais despótico do Império ou de uma personagem mais próxima ao popular e ao republicano, tendo como centro a Revolução Francesa. Revisando fatos da escrita historiográfica, o autor pretende ultrapassar as fronteiras da história do Estado-Nação, ou seja, escrever de uma forma distinta da mesma história há tantos anos narrada, como o trabalho mais recente organizado por Patrick Boucheron – *Histoire Mondiale de la France*, que tantas controvérsias suscitou na historiografia francesa<sup>23</sup>.

---

21 COOPER-RICHET, Diana. Paris, capital editorial do mundo lusófono na primeira metade do século XIX?. *Varia História*. Belo Horizonte, v. 25, n° 42, jul/dez. 2009, p. 539-555. \_\_\_\_\_. Transferts culturels et passeurs de culture dans le monde du livre (France-Brésil, XIX siècle). *Patrimônio e Memória*. São Paulo/Unesp, v. 9, n° 1, jan-jun. 2013, p. 128-143.

22 BOUCHERON, Patrick (dir). *Histoire Mondiale de la France*. Paris: Seuil, 2016, p. 7-13.

23 A proposta do livro é demonstrar que a história da França não possui qualquer sentido se não estiver inscrita na história do mundo. A partir do estabelecimento de 146 datas, com as quais não se pretende traçar “os grandes acontecimentos” da história nacional, o livro objetiva utilizá-las para permitir demonstrar como da pré-história ao século XXI, a França não deixou de se encontrar em interação com seus vizinhos e com o mundo. Para uma análise sobre esses debates, ver, France. Les Querelles de l’Histoire. *Le Monde*. Hors-Série. Paris, oct.-déc. 2017, p. 14-55.

O texto destaca ainda a importância da biografia, em especial da historicidade da biografia. A narrativa e a construção de uma existência dependem estreitamente das mentalidades, das culturas, das regras que estipulam o que se pode dizer ou não, e da maneira de expor. A história da biografia é, pois, aquela de seus reinícios sucessivos, de suas adaptações às novas imagens do homem. Segundo Levillain, a biografia não tem por vocação explorar o absoluto do eu, de um personagem como ela pretendeu outrora e ainda hoje pretende mais do que devia. Ela não pretende criar tipos ideais. Ela pode ser um caminho para mostrar os laços entre o passado e o presente, memória e projeto, indivíduo e sociedade e de experimentar o tempo como prova de vida<sup>24</sup>. Este foi o objetivo de Puigmal ao pretender utilizar vários métodos para o estudo da biografia, em especial, ao elaborar uma análise prosopográfica de seus mais de dois mil bonapartistas em seus dicionários e artigos. Tal metodologia possibilitou não apenas a caracterização desses indivíduos, como ainda de suas redes de sociabilidades tanto na França, como o Liceu Napoleônico, como na Ibero-américa, além do encontro de inúmeros documentos “que dormiam no fundo de baús obscuros”, resultando em outros trabalhos instigantes do autor, como citado em seu texto.

Nesse estudo, um outro ponto primordial volta-se para se compreender porque tais homens ligados a Napoleão Bonaparte vieram para terras tão longínquas e distintas de sua civilização. De um lado, encontra-se uma resposta: problemas de inserção no cotidiano da França após a derrota definitiva de Napoleão Bonaparte; de outro, problemas ideológicos, pois, como afirma o autor, o bonapartista que veio para a América após 1815 era “um militante”<sup>25</sup> mais próximo das ideias liberais e, mesmo, republicanas, tendo como referência o general Bonaparte da época da Revolução Francesa.

---

24 LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas da biografia. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003, p. 141-183.

25 Expressão de Patrick Puigmal em seu texto.

Ao rastrear tais indivíduos, Puigmal demonstra que os militares além de atuarem nas guerras de independência, na América, dedicaram-se, em sua maioria, a uma vida civil, voltada, sobretudo, à formação intelectual e cultural, tanto por meio de estabelecimentos de ensino quanto por suas atividades na imprensa, nas tipografias e livrarias<sup>26</sup>. Essa constatação pode ser comprovada no caso do Brasil, a partir de 1814, quando a Coroa portuguesa principiou a adotar uma nova política em relação à França. Essa mudança de atitude resultava de dois fatos: da derrota dos exércitos napoleônicos pelas forças aliadas europeias, com a consequente restauração dos Bourbons no trono francês e da ascensão ao ministério da Marinha e Domínios Ultramarinos de Antonio Araújo de Azevedo, futuro Conde da Barca. Adepto do chamado partido francês, a volta de Araújo ao poder significava uma nova perspectiva em relação à política diplomática luso-brasileira, distinta daquela defendida por D. Rodrigo de Souza Coutinho, em prol dos ingleses, até o momento de sua morte em 1812. Não se pode afirmar que Araújo de Azevedo fosse um liberal radical ou defensor das ideias jacobinistas; pregava, porém, uma política de aproximação tanto com a França, quanto com a Inglaterra, uma vez que, em sua visão, a consideração central era a posição de Portugal na Europa, e não mais o Império luso-brasileiro<sup>27</sup>.

Dessa forma, já em julho de 1814, assinou-se um acordo entre o representante português, Conde de Palmela e o secretário de Estado de Luís XVIII, Talleyrand, a fim de estabelecer “um ajuste provisional para a renovação das relações diplomáticas e comerciais entre Portugal e França”, cuja portaria, era datada de setembro de 1815. Em consequência dos novos vínculos de amizade, as duas monarquias resta-

---

26 Cf. a Introdução do volume III de seu *Dicionário* referente ao México, América Central, Caribe e Brasil.

27 Para uma análise da política do Conde da Barca, cf. SILVA, Armando B. Malheiro da. In: SILVA, M. Beatriz N. da Silva (coord.). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Verbo, 1994, p. 99-100; DIAS, Graça e DIAS, J. S. da Silva. *Os primórdios da maçonaria em Portugal*. 2ª ed., Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986. v. 1, t. 2, p. 422-429; ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português*. Porto: Afrontamento, 1993, p. 290-305.

beleciavam as relações de comércio, e os vassallos de cada um dos dois Estados, residentes no outro, em especial, os embaixadores e agentes diplomáticos, passavam a gozar das “mesmas vantagens sobre o pé da mais perfeita reciprocidade”<sup>28</sup>. Buscava-se uma política comercial, na qual os bens culturais não estavam excluídos. E, muito menos, os bonapartistas.

Por conseguinte, a chamada Missão Francesa ou Colônia Francesa, chegada no Rio de Janeiro em abril de 1816, trazia um bom número de artistas de profissão para residir nesta capital, a fim de implementar as artes úteis ao país, mas que, em verdade, eram bonapartistas convictos, foragidos da França, desempregados e em crise, como os irmãos Taunay<sup>29</sup>. Ainda assim, um de seus membros Jean-Baptiste Debret, conhecido artista favorecido no período joanino e no Primeiro Reinado, foi um dos colaboradores da administração napoleônica em função de ajudar a construir uma memória pictórica da era napoleônica, guardando pelas artes aquele momento histórico para a “eternidade”. Era, portanto, um pintor integrado na escola artística napoleônica, dirigida por Jacques Louis David (seu primo), do qual foi aluno na Academia francesa de Belas Artes<sup>30</sup>. Essa aprendizagem não deixou também de contribuir para uma igual participação na construção da memória artística das festas de aclamação de D. João VI e da Coroação de Pedro I, além de immortalizar, por meio de retratos pintados, os membros da família real e imperial. Debret forjava, assim, aos moldes do império napoleônico, a imagem de um governo forte e soberano na construção do Império do Brasil<sup>31</sup>.

---

28 *Gazeta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, n° 5, 17 janeiro 1816.

29 Para a chegada da Missão Francesa ver, *Gazeta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, n° 28, 6 abril 1816. Para a análise da Missão Artística Francesa, cf. TAUNAY, Afonso de E.. *A Missão Artística de 1816*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1983. Para a polêmica entre missão francesa ou colônia francesa, ver SCHWARCZ, Lília Moritz. *O sol do Brasil: Nicolau Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de D. João (1816-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

30 Cf. o verbete Jean-Baptiste Debret do volume III do *Dicionário* de Patrick Puigmal.

31 Ver NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. Against the Grain: Portugal and Its Empire in the Face of Napoleonic Invasions. In: PLANERT, Ute (ed.). *Napoleon's Empire: European Politics in*

Também aportando no Rio de Janeiro, em 1816, encontra-se Pierre Constant Dalbin. Natural de Versalhes, não há certeza se participou das campanhas da Grande Armada durante o Império napoleônico, segundo Puigmal. Instalou-se na Corte como livreiro e editor, tornando-se conhecido como um bonapartista que teve diversos problemas com a censura oficial por tentar introduzir no Brasil, obras que importava da França, entre as quais de Montesquieu, Alphonse Beauchamp, Marmontel, Chateaubriand e Denis Diderot. Em 1820, sua atividade de editor leva-o a imprimir um catálogo das obras que vendia em sua casa, à rua Direita, nº 9. Eram cerca de 170 livros, escritos em português, francês, espanhol e latim. Havia até mesmo um dicionário em chinês, francês e latim. Seu trabalho de edição e difusão de obras com temáticas francesas faz dele um *passer* e justifica sua presença entre os bonapartistas, que contribuíram com suas ideias para a configuração do futuro Estado do Império de Brasil<sup>32</sup>.

Outros nomes surgem como o de Jean Auguste Bellard. Originário de Bordéus (1795), participou ativamente dos exércitos napoleônicos, unindo-se a Bonaparte no retorno de seu exílio da ilha de Elba. Veio para o Rio de Janeiro, em 1816, com sua companheira, Pauline de Ranchou, a famosa Pauline Foures, que, entre 1798 e 1799, foi amante de Napoleão durante a expedição do Egito. Instalou-se na Corte, em novembro daquele ano, sendo comerciante de joias, unindo-se a outros franceses, como L. Dumont, Luiz Nicolau Dufrayer e Ambroise Bourdon, estabelecendo um negócio de importação de produtos franceses na rua do Ouvidor. O primeiro era também ourives e vendia produtos de luxo franceses, tais como quadros, papel pintado, canquilhaerias, porcelanas, cristais, vidros<sup>33</sup>; os outros trabalhavam com diversos produtos, inclusive livros, que, regra geral, eram proibidos

---

Global Perspective. New York: Palgrave Macmillan, 2015, p. 101-113.

32 Cf. o verbete Pierre Constant Dalbin do volume III do *Dicionário* de Patrick Puigmal. Ver, ainda, NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. Comércio de Livros e Censura de Ideias: a atividade dos livreiros franceses no Brasil e a vigilância da Mesa do Desembargo do Paço (1795-1822). *Ler História*. Lisboa, nº 23, 1993, p. 61-78.

33 *Gazeta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, nº 26, 29 março 1817.

no Brasil, como as Obras de Rousseau e os escritos de La Fontaine ou de Benjamim Constant, que, segundo o censor régio José da Silva Lisboa, sustentava “doutrinas da moda sobre Constituições, Liberdade de Culto e do Prelo”<sup>34</sup>. Todos eram bonapartistas, que buscavam em seu papel de transmissores culturais, divulgar nas terras da América os ideais da França revolucionária e napoleônica. Deve-se destacar ainda que a atuação de Bellard continuou no Primeiro Reinado, tendo sido escolhido como membro do Corpo de Estrangeiros, criado por Pedro I, em janeiro de 1823, formando uma divisão do Exército composta por imigrantes suíços de Nova Friburgo e por estrangeiros que estivessem morando no Rio de Janeiro<sup>35</sup>. Tal Corpo foi constituído por dois batalhões de Granadeiros que trajavam uniformes semelhantes aos granadeiros de Napoleão Bonaparte.

Dessa forma sutil, os aliados de Bonaparte possibilitavam a presença francesa no cotidiano e no ideário das elites ibero-americanas. Como ressalta Puigmal, eram indivíduos que se aproximavam por um pensamento político comum, muitas vezes radical, e por vivências próximas, que eram explicitados nos jornais que publicavam. Deve-se destacar o papel dos escritos de circunstâncias daquela época – jornais, folhas volantes e panfletos políticos – que comentavam as informações do cotidiano, fazendo chegar tais notícias a uma plateia mais ampla, a qual passava a encará-las como novidades não mais no domínio privado, mas sim no domínio público. Esses agentes napoleônicos, não apenas por sua participação na luta, doutrinavam os leitores, formulavam, interpretavam, combatiam e defendiam ideias, propunham soluções, representavam interesses<sup>36</sup>.

---

34 Ver o verbete Jean Auguste Bellard do volume III do *Dicionário* de Patrick Puigmal. Para os demais cf., NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. *Comércio de Livros e Censura de Ideias ...* Op. Cit., p. 61-78.

35 Cf. ARQUIVO NACIONAL. *Os franceses residentes no Rio de Janeiro, 1808-1820*. Rio de Janeiro: Publicações do Arquivo Nacional, 1960, p. 24.

36 CARVALHO, José Murilo de; BASTOS, Lucia; BASILE, Marcello. Introdução Geral: a Independência do Brasil narrada pelos Panfletos Políticos. In: \_\_\_\_\_. *Guerra Literária*. Panfletos da Independência (1820-1823). Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014, p. 11-41.

Um exemplo dado no texto é a aproximação de dois líderes radicais no Chile – Benjamin Viel e Pedro Chapuis. O primeiro era militar, que escreveu vários artigos no periódico *El Verdadero Liberal* do segundo. Defendendo pontos mais liberais e radicais do que as elites criollas, ambos acabaram sendo exilados do Chile, embora, mais tarde, retornassem, em governos mais próximos de seus ideais. A circulação de homens e de propostas é comprovada com a vinda de Pedro Chapuis para o Brasil, antes mesmo de sua estadia no Chile. Figura ainda pouco estudada, foi militar, considerado desertor do exército francês na época da Restauração, tendo vida atribulada desde então. Defensor do liberalismo e do republicanismo, aqui chegou em 1825, depois da Constituição outorgada por Pedro I, muito próxima dos moldes da Carta Constitucional francesa. Imprimiu o periódico *O verdadeiro liberal*, em 1826, que trazia a epígrafe: “Amicus Plato, sed magis amica veritas”, um provérbio latino atribuído a Aristóteles que queria dizer que por mais importante fosse a fonte de uma citação, devia-se antes de tudo buscar conhecer e aderir-se à Verdade. Publicou ainda “*Réflexions sur le traité d’indépendance et le décret promulgué par sa Majesté Fidélissime*”, fazendo diversas críticas aos pontos que sustentaram o tratado da Independência assinado no ano anterior com Portugal, por intervenção direta da Inglaterra. Tal documento provocou um profundo mal-estar, sendo criticado pelo *Diário Fluminense* que o chamou de um “Cidadão do mundo todo para nele semear a discórdia” e a seita revolucionária. Daí ser expulso de todos os países da Europa por causa de seus princípios republicanos radicais<sup>37</sup>. Entrou ainda em confronto com outro bonapartista, Pierre Plancher de la Noe, radicado também no Rio de Janeiro, mas apresentando uma postura de um constitucionalismo mais moderado, que lhe possibilitou o título de *Impressor Imperial*<sup>38</sup>. Foi editor do jornal *Spectador Brasileiro*, considerado por Chapuis como “um

37 *Diário Fluminense*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, n° 26, 3 fevereiro 1826.

38 Para Plancher, ver MOREL, Marco. *As transformações dos Espaços Públicos*. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005, p. 23-28.

bobo”, que só agradava a quem o mandava imprimir<sup>39</sup>. Chapuis foi preso e enviado para a Europa. Anos mais tarde, retornou ao Chile, fato comentado por outro agente napoleônico que chegou ao Brasil em 1816 – Henri Plasson. Este atuou nas guerras de independência da Bahia e depois veio para o Rio de Janeiro. Em 1828, lançou *Le Courrier du Brésil: feuille politique, commerciale et littéraire*, que circulou até março de 1830. Em sua folha, fez inúmeros elogios a Chapuis, em julho de 1828, quando anunciou sua chegada ao Rio de Janeiro, de passagem para o Chile, onde ia à frente de um grupo de professores criar um estabelecimento de ensino público. Na primeira página do periódico, podia-se ler:

Pendant son séjour dans cette partie de l’Amérique du Sud, m. Chapuis s’est attiré l’estime et la considération des hommes plus éclairés du Chili, qui l’ont fortement invité à se fixer dans leur patrie, lui assurant la protection du gouvernement pour toutes les entreprises utiles dont il serait le créateur. Ce publiciste distingué a trouvé dans la république du Chili une honorable compensation à l’acte arbitraire qui l’a éloigné du Brésil, et nous ne doutons pas que le succès le plus complet ne couronne cette fois ses efforts, et ne lui assure une vie tranquille, après tant d’orages et de persécutions<sup>40</sup>.

---

39 *Diário Fluminense*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, nº 26, 3 fevereiro 1826.

40 *Le Courrier du Brésil*. Rio de Janeiro, nº 31, 23 jul. 1828. Tradução: “Durante a sua estada nesta parte da América do Sul, sr. Chapuis ganhou a estima e consideração dos homens mais esclarecidos do Chile, que o convidaram insistentemente a estabelecer-se na pátria deles, assegurando-lhe a proteção do governo para todas as empresas relevantes de que fosse criador. Esse distinto publicitário encontrou na República do Chile uma compensação honrosa ao ato arbitrário que o afastou do Brasil, e não temos dúvida de que o sucesso mais completo irá coroar desta vez seus esforços, e há de assegurar-lhe uma vida tranquila, depois de tantas tempestades e perseguições.” A tradução foi realizada por Isabel Lustosa em Henri Plasson e a primeira imprensa francesa no Brasil (1827-1831). *Revista Escritos*. Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, nº 9, 2015, p. 77-93. Disponível em [http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero09/cap\\_03.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero09/cap_03.pdf). Acesso em 20 março 2019. Para os dados biográficos de Henri Plasson, ver *Dicionário*, v. III, p. 144.

De todo esse imbróglio, dois aspectos tornam-se fundamentais: a presença de agentes bonapartistas na América, que, por onde circularam, produziram informações e trouxeram à tona as novas ideias do mundo revolucionário e a rede de sociabilidades que acabam por estabelecer, embora muitos não se conhecessem obrigatoriamente antes da chegada nesse lado do Atlântico.

Ainda, demonstrando essa circularidade de indivíduos, cabe mencionar o papel preponderante de Pedro Labatut nas lutas pela independência da Ibero-américa. Após participar de algumas batalhas napoleônicas na França, veio exilado para os Estados Unidos, atuando, posteriormente, nas campanhas de Francisco Miranda na Venezuela; em seguida, lutou em Cartagena, derrotando os realistas, mas realizando alguns atos considerados indecorosos pelos republicanos, que o qualificaram como amante da independência, mas “republicano perigoso, semelhante aos jacobinos que agitaram Paris e França”. Seus deslocamentos não cessaram. Tentou voltar à França e aos Estados Unidos, preparando projetos de invasão de Nova Granada e México (1817-1818), decidindo, por fim, viajar ao Brasil em 1820, colocando-se às ordens de Pedro I (provavelmente seu nome foi sugerido pelo general napoleônico Von Hogendrop, então exiliado no Rio). Dirigiu um exército de elite, atuando contra as forças portuguesas na Bahia, sendo nomeado brigadeiro depois do 3 de julho, data da independência daquela região. Se, de um lado possuía talentos e prestígio, muitas vezes atuou de forma violenta, sendo levado a Conselho de Guerra. Sua atuação não terminou naquele momento. Ainda retornou novamente ao Brasil, nos anos 30 e como marechal de campo lutou no Rio Grande do Sul nas tropas oficiais contra os farrapos. Mais tarde, fixou-se na Bahia, onde veio a falecer em 1849. Homem das lutas e guerras, não deixou muitas vezes de demonstrar seu pensamento mais radical, ligado aos ideais napoleônicos<sup>41</sup>.

Talvez um dos casos mais curiosos e instigantes dos agentes napoleônicos no Brasil, refere-se ao do ajudante de campo de Napoleão

---

41 Cf. o verbete Pierre Labatut do volume III do *Dicionário* de Patrick Puigmal.

Bonarparte – Dirk o Thierry Van Hogendorp – “um contra exemplo a debater”, como afirma Patrick em seu texto sobre o Brasil. Era um general holandês, mercenário a serviço da Prússia, que, no entanto, frequentara as aulas de Kant, nas quais adquiriu princípios que tinham servido para dirigir suas relações com os seres humanos. Alistou-se nas tropas francesas, tornando-se conselheiro de Estado em 1806, Ministro da Guerra na época de Luís Bonaparte e conde do Império, em 1811. Dotado de raras qualidades de honestidade e desinteresse, ganhou a confiança de Napoleão e viu-se alçado a ajudante-de-campo do imperador, atuando na campanha da Rússia. Apesar de ser francês por adoção, encontrou-se em dificuldades após a restauração dos Bourbons, e com grande esforço e economia, emigrou para o Brasil, como consta dos registros da Intendência Geral da Polícia: “Conde d’Hogendorp: residente em Cosme Velho, natural de Heuliet, 56 anos, nobre, viúvo, vem de Nantes, em 1816 a estabelecer-se em agricultura”<sup>42</sup>.

Sobre a estadia de Hogendorp no Rio de Janeiro, há alguns relatos de estrangeiros, que, atraídos pela fama de suas aventuras e de sua fidelidade ao soberano deposto, iam procurá-lo em sua casa. A todos acolhia com uma conversa cativante, embora residisse quase solitário na encosta do Corcovado. Maria Graham impressionou-se também com o entusiasmo do conde por “seu Imperial Senhor”, sobre o qual “falava incessantemente”, mas compreendeu os sentimentos de Hogendorp quando este lhe mostrou uma carta escrita do próprio punho do imperador, por ocasião da morte de um filho seu, para

---

42 *Os franceses residentes no Rio de Janeiro (1808-1820)*. Rio de Janeiro, Publicações Históricas do Arquivo Nacional, v. 45, 1960, p. 22. MÉLON, Pierre. *O General Hogendorp. Soldado de Frederico, o Grande, Governador em Java, Ajudante-de-campo de Napoleão Bonaparte, Eremita no Rio de Janeiro*. Niterói: Casa Jorge Editorial, 1996. Para a frequência às aulas de Kant, cf. LOUDEN, Robert B.. “A segunda parte da Moral”: a antropologia moral de Kant e sua relação com a metafísica dos costumes. *Ethic@*. Florianópolis, v.1, nº1, jun. 2002, p. 28. NEVES, Lucia Maria Bastos P. das. *Napoleão Bonaparte: imaginário e política em Portugal, c. 1808-1810*. São Paulo: Alameda, 2008, p. 116-118. Cf. ainda o verbete Dirk o Thierry Van Hogendorp do volume III do *Dicionário* de Patrick Puigmal.

o qual, além “de uma amabilidade rotineira”, demonstrava uma “nota de carinho”, que ela não imaginara encontrar<sup>43</sup>.

Acompanhado de um criado prussiano, e de alguns africanos, antigos escravos, que libertara ao comprar, morava em uma casa composta por um escritório, onde havia livros, mapas e gravuras; de um quarto de dormir, cujas paredes eram pintadas de negro e exibiam esqueletos de tamanho natural, todos em atitudes alegres, lembrando a “Dança da Morte” de Holbein; e de um terceiro cômodo, repleto de barris de vinho de laranja e potes de licor de grumixama, que, somados à venda de café, que plantara, asseguravam sua pequena renda<sup>44</sup>.

Contudo, não só os estrangeiros eram atraídos por essa personalidade fascinante. O francófilo conde da Barca, a arquiduquesa Leopoldina, que o conhecera ainda em Viena, e o próprio príncipe D. Pedro, como narra Hogendorp em carta ao irmão datada de 1821, subiam a encosta do Corcovado para ouvi-lo. Aliás, segundo Alfredo de Carvalho, ao chegar ao Rio de Janeiro, D. João VI teria oferecido a Hogendorp um alto posto no exército do Reino Unido, que ele rejeitara, e há alusões que D. Pedro, após a Independência, o teria convidado para Ministro de Negócios Estrangeiros – hipótese pouco provável, mas que sugere a admiração que despertara no jovem imperador do Brasil. Ao morrer, em 1822, Hogendorp não chegou a receber a quantia de cem mil francos que Napoleão lhe deixara em testamento cerca de um ano antes, mas teve registrado num aviso de falecimento, publicado no jornal *O Espelho*, os cuidados de D. Pedro consigo:

Necrologia

O Conde de Hogendorp, que foi Tenente General e Ajudante de Campo de Napoleão, de idade de 63 anos, morreu a 29 do passado na sua

---

43 GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1990, p. 210. Para informações sobre os outros visitantes, cf. MÉLON, Pierre. *O General Hogendorp ...* Op. Cit, p. 181-192; LEITHOLD T. Von; RANGO, L. Von. *O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819*. São Paulo, Ed. Nacional, 1966.

44 Maria Graham. *Diário de uma viagem ...*, Op. Cit. p. 210-211.

Chácara do Cosme Velho, onde repartia o tempo entre a agricultura e seus trabalhos literários. Este homem distinto por suas luzes, e por sua probidade depois de ter ocupado os primeiros empregos no Governo de Bonaparte, que lhe dera toda a sua confiança, veio terminar uma carreira tão brilhante nas nossas montanhas, tendo apenas com que acudir às suas primeiras necessidades. S. M. I. mais de uma vez o honrou com a sua visita, e ultimamente lhe havia dado uma prova da sua generosa afeição, concedendo-lhe uma pensão de 600\$ réis. Quando S. M. I. soube do seu falecimento, imediatamente deu ordem a Mr. L'Abbé Boiret, para em seu nome fazer a despesa do seu funeral, nada poupando para dar a esta pompa fúnebre toda a decência, que convinha ao nascimento e às raras qualidades deste respeitável Ancião. Porém, o Cônsul de Sua Nação, agradecendo a S. M. I. este ato de generosidade, não permitiu que ele tivesse efeito<sup>45</sup>.

Talvez, por trás dessa figura singular, existisse um mito mais profundo – o de Napoleão Bonaparte. Cabe lembrar que a imperatriz brasileira D. Leopoldina era irmã de Maria Luísa, arquiduquesa da Áustria, que se casou com Napoleão Bonaparte e que chegou a reger o império napoleônico durante a campanha da Rússia. Quando da morte de Bonaparte, em sua correspondência para a irmã, D. Leopoldina apresentava suas “sinceras condolências”, pois como conhecia o “bom coração e a nobre maneira de pensar” de sua irmã, estava convicta de que esta se encontrava desolada, embora Maria Luísa tenha se recusado a seguir o ex-imperador em seu exílio<sup>46</sup>.

---

45 *O Espelho*. Rio de Janeiro. n.º 104, 15 de novembro de 1822. Cf. SOUSA, Octavio Tarquínio de. *A vida de Pedro I*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1954, v. 2, p. 496-497 e GRIECO, Donatello. *Napoleão e o Brasil*. [1939]. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1995, p. 114-116. Cf. ainda Testament de Napoléon. Codicille de 24 de abril de 1821. In: DE LAS CASES, Emmanuel. *Mémorial de Sainte-Hélène*. Paris, Seuil, 1968. v. 2, p. 1814; e CARVALHO, Alfredo de. O Solitário da Tijuca (1817-1822). *Revista Americana*. Rio de Janeiro, n.º 6, maio 1911, p. 337-347.

46 D. Leopoldina. *Cartas de uma imperatriz*. Pesquisa e seleção de cartas Bettina Kann e Patricia de Souza Lima. São Paulo, Estação Liberdade, 2006, p. 383. Carta de Leopoldina a Maria Luísa de 2 de julho de 1821.

Em seguida, vale ressaltar que Bonaparte não deixou de inspirar, por meio da mise-en-scène do célebre bonapartista Jean-Baptiste Debret, o ritual da coroação de D. Pedro, em 1º de dezembro de 1822, como já mencionado. Segundo o barão de Mareschal, representante austríaco no Brasil, o ritual da cerimônia fora copiado, em parte, das coroações de Napoleão Bonaparte, dos imperadores em Francfort e mesmo, salvo engano, dos soberanos da Hungria, que também cumpriam o gesto de fender o ar com a espada. Era uma arma contra a democracia, concluía o barão austríaco, partidário do Antigo Regime<sup>47</sup>. O caráter extraordinário dessa cerimônia foi registrado naquela época na imprensa periódica em *O Espelho*: “um espetáculo estranho nos fastos lusitanos e assombroso para a América”, uma vez que nenhum rei de Portugal, segundo a tradição, após o desaparecimento de d. Sebastião, fora coroado<sup>48</sup>.

Ainda naquele mesmo dia da coroação de Pedro I, com a prática de um imperador que exercia o poder político em sua plenitude e sabia usar da autoridade inerente, foi criada, através de decreto, uma nova ordem honorífica, a Ordem Imperial do Cruzeiro. Em seu preâmbulo, fazia referências específicas às antigas ordens, estabelecidas por seus “Augustos Reis, meus predecessores”. Deve-se ressaltar que, logo após de ser proclamado cônsul vitalício, Napoleão Bonaparte também criara a Legião de Honra<sup>49</sup>. José da Silva Lisboa comparava, à época, a ordem do Imperial do Cruzeiro à Legião de Honra francesa, que havia alcançado efeitos tão saudáveis ao “exaltar o espírito nacional”, sendo “destinada para remuneração do mérito distinto e não do nascimento estéril”. Para ele, esse também fora “o destino da Ordem

---

47 Para o cerimonial, ver *Cerimonial da sagração e coroação do Imperador Pedro I, na Capella Imperial de Nossa Senhora do Monte Carmo do Rio de Janeiro, pelo Bispo Capelão-Mór, no dia 1º de dezembro de 1822*. [Rio de Janeiro], Tipografia Nacional, [1822]. Para a opinião de Mareschal, cf. MELO, J. A. F. de. A Correspondência do Barão de Wenzel de Mareschal. Ofício 3 dezembro 1822. *R. IHGB*. Rio de Janeiro, nº 134, 1916, p. 133-135.

48 *O Espelho*. Rio de Janeiro, nº 109, 3 dezembro 1822.

49 Decreto de 1 dezembro 1822. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1822. Para Napoleão Bonaparte, ver LEFEBVRE, G.. *Napoléon*. Paris: P. U. F., 1969, p. 136-137.

Imperial do Cruzeiro, brilhante constelação da América Antártica”<sup>50</sup>. No entanto, se a legião de Honra simbolizava uma verdadeira milícia do regime, uma condecoração nacional, Pedro I ultrapassava o antigo imperador, pois fazia da Ordem Imperial do Cruzeiro um meio de distinção social, refazendo a nobreza, ainda que de funções. Nesse sentido, pode-se estabelecer uma comparação entre diversos atos do governo de Pedro I e o de Napoleão Bonaparte, demonstrando como o herói do século fascinou o jovem imperador do Brasil.

### **À Guisa de Conclusão**

Esses diversos exemplos, no caso do Brasil, sendo alguns comentados, de alguma forma, por Patrick Puigmal, confirmam suas assertivas em seu instigante artigo. O estudo da presença de agentes napoleônicos na Ibero-américa possibilita inúmeros desdobramentos que vão muito além da análise de micro-briografias. Presentes, muitas vezes, nas lutas pela independência das antigas colônias ibéricas, além de sua função de militares, imprimindo alguns caminhos para a nova história dos Estados que estavam se construindo, sua presença também demonstrou figuras de relevo nas trocas de ideias, como livreiros e homens ligados ao periodismo. Trazendo em seu “horizonte de expectativas”<sup>51</sup> as propostas de uma política moderna, a opinião desses napoleonistas não significou apenas a circulação de ideias que cruzavam o Atlântico, mas constituiu-se em um caminho

---

50 LISBOA, J. da Silva. *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1826. Parte X, seção III, p. 94. Há referências ainda ao decreto em Idem. *Império do Equador na Terra de Santa Cruz. Voto filantrópico de Roberto Southey, escritor da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1822. Parte X e XIII.

51 KOSELLECK, R. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos modernos*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC, 2006, p. 305-327.

de duas mãos, ao se verificar que textos publicados na França<sup>52</sup>, alguns mesmo em português, acompanhavam o ritmo das atividades políticas do lado de cá do Atlântico.

Para finalizar, o trabalho de Patrick Puigmal é atual, pois demonstra uma migração numerosa construída a partir de vários conceitos político-culturais, como ele próprio afirma, voltados para a multiculturalidade, o republicanismo liberal, o desejo de criação de uma sociedade nova caracterizada por uma política moderna. São homens diversos em suas posturas, sendo a grande maioria defensora dos direitos liberais – afirma que apenas uns 20 entre 2 mil podem ser considerados como conservadores. Entre estes, um deles veio para o Brasil, Cailhé de Geine, espião da Intendência da Polícia sob o comando de Paulo Fernandes Viana<sup>53</sup>. Como concluiu em seu trabalho, esse conjunto de homens permite por suas venturas individuais e suas vivências próprias compreender a história do que viveram de maneira distinta como a historiografia muitas vezes relatou até agora. São vozes do passado, muitas desconhecidas, que precisam ser escutadas. São narrativas que ultrapassam o nacional por meio de seus encontros, de suas trocas, de seus contatos entre si e entre as duas margens do Atlântico. São formas de propor uma história de homens, como afirmou Marc Bloch e, agora, Patrick Puigmal. Mais do que o singular. Uma história que quer apreender os homens em sua diversidade.

Por conseguinte, se vivemos em um momento em que a sociedade deseja uniformizar as funções, as técnicas, os costumes e o universo mental a ortodoxias conservadoras, não devemos esquecer que a História deve ser concebida como a ciência das diferenças. Como afirma Ariès em seu *Le Temps de l'Histoire* [1954], uma série de estu-

---

52 RAMOS, Vitor. *A edição de Língua Portuguesa em França (1800-1850)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1972.

53 Cf. o verbete Cailhé ou Cailhet de Geine, Francois Etienne Raymond no volume III do *Dicionário de Patrick Puigmal*. Cf. NEVES, Lucia Maria Bastos P. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência*. Rio de Janeiro: Revan/FAPERJ, 2003, p. 242-244. Cf., ainda, VIANNA, Hélio. *Capítulos de história luso-brasileira*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1968, p. 283-291.

dos redigidos no após guerra, que demonstra sua atitude diante da história em uma verdadeira empresa de ego-história avant l'heure: "A une civilisation qui elimine les différences; l'Histoire doit restituer le sens perdu des particularités"<sup>54</sup>.

### **Referências Bibliográficas**

- ADELMAN, Jeremy. Iberian Passages: Continuity and Change in the South Atlantic. In: ARMITAGE, David Armitage; SUBRAMANYAM, Sanjay (eds.). *The Age of Revolution in Global Context, c. 1760-1840*. New York: Palgrave Macmillan, 2010, p. 59-64.
- ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português*. Porto: Afrontamento, 1993.
- ARIÈS, Philippe. *Le Temps de l'Histoire*. Paris: Seuil, 1986.
- ARMITAGE, David Armitage; SUBRAMANYAM, Sanjay (eds.). *The Age of Revolution in Global Context, c. 1760-1840*. New York: Palgrave Macmillan, 2010.
- ARQUIVO NACIONAL. Os franceses residentes no Rio de Janeiro (1808-1820). Rio de Janeiro, Publicações Históricas do Arquivo Nacional, v. 45, 1960.
- BOUCHERON, Patrick (dir). *Histoire Mondiale de la France*. Paris: Seuil, 2016.
- CARVALHO, Alfredo de. O Solitário da Tijuca (1817-1822). *Revista Americana*. Rio de Janeiro, nº 6, maio 1911, p. 337-347.
- CARVALHO, José Murilo de; BASTOS, Lucia; BASILE, Marcello. Introdução Geral: a Independência do Brasil narrada pelos Panfletos Políticos. In: \_\_\_\_\_. *Guerra Literária. Panfletos da Independência (1820-1823)*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014, p. 11-41.
- CERIMONIAL da sagração e coroação do Imperador Pedro I, na Capella Imperial de Nossa Senhora do Monte Carmo do Rio de Janeiro, pelo Bispo Capelão-Mór, no dia 10 de dezembro de 1822. [Rio de Janeiro], Tipografia Nacional, [1822].

---

54 ARIÈS, Philippe. *Le Temps de l'Histoire*. Paris: Seuil, 1986, p. 248.

COOPER-RICHET, Diana. Paris, capital editorial do mundo lusófono na primeira metade do século XIX?. *Varia História*. Belo Horizonte, v. 25, nº 42, jul/dez. 2009, p. 539-555.

\_\_\_\_\_. Transferts culturels et passeurs de culture dans le monde du livre (France-Brésil, XIX siècle). *Patrimônio e Memória*. São Paulo/Unesp, v. 9, nº 1, jan-jun. 2013, p. 128-143.

COURRIER du Brésil, Le. Rio de Janeiro, nº 31, 23 jul. 1828.

DECRETO de 1 dezembro 1822. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1822.

DE LAS CASES, Emmanuel. *Mémorial de Sainte-Hélène*. Paris, Seuil, 1968. v. 2.

DIÁRIO do Governo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, nº 28, 5 fevereiro 1823.

DIÁRIO Fluminense. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, nº 26, 3 fevereiro 1826.

DIAS, Graça e DIAS, J. S. da Silva. *Os primórdios da maçonaria em Portugal*. 2a ed., Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986. v. 1, t. 2.

Entrevista com Jacques Revel. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, 1997, p. 121-140.

ESPELHO, O. Rio de Janeiro, nº 109, 3 dezembro 1822.

ESPELHO, O. Rio de Janeiro. n.º 104, 15 de novembro de 1822

FEBVRE, Lucien. Comment reconstituer la vie affective d'autrefois? La sensibilité et l'histoire. In: \_\_\_\_ In: *Combats pour l'Histoire*. 2è. Ed. Paris: Armand Collin, 1965.

FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. (org.) *Diccionario político y social del mundo iberoamericano. La era de las revoluciones, 1750-1850*. Madrid: Fundación Carolina, Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales, Centro de Estudios Políticos, 2009.

GAZETA do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, nº 5, 17 janeiro 1816.

GAZETA do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, nº 28, 6 abril 1816.

GAZETA do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, nº 26, 29 março 1817.

- GRAHAM, Maria. Diário de uma viagem ao Brasil. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1990.
- GRIECO, Donatello. Napoleão e o Brasil. [1939]. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1995.
- GUERRA, François-Xavier. De la política antigua a la política moderna. La revolución de la Soberanía. In: \_\_\_\_; LEMPÉRIÈRE, Annick et al. Los espacios públicos en Iberoamérica: ambigüedades y problemas. México: Fondo de Cultura Económica, 2008, p.109-139
- HOBSBAWM, Eric. A era das revoluções. Europa 1789-1848. 4ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial: sua desagregação. In: \_\_\_\_\_. História geral da civilização brasileira (v. 3: O Brasil monárquico). São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965, p. 9-24.
- KOSELLECK, R. Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos modernos. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC, 2006.
- LEFEBVRE, G.. Napoleón. Paris: P. U. F., 1969.
- LEITHOLD T. Von; RANGO, L. Von. O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819. São Paulo: Ed. Nacional, 1966.
- Leopoldina, D. Cartas de uma imperatriz. Pesquisa e seleção de cartas Bettina Kann e Patrícia de Souza Lima. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.
- LISBOA, J. da Silva. História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1826. Parte X, seção III.
- \_\_\_\_\_. Império do Equador na Terra de Santa Cruz. Voto philanthrópico de Roberto Southey, escriptor da História do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1822. Parte X e XIII.
- Les Querelles de l' Histoire. Le Monde. Hors-Série. Paris, oct.-déc. 2017, p. 14-55.
- LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas da biografia. In: RÉMOND, René (org.). Por uma história política. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003, p. 141-183.
- LOUDEN, Robert B.. “A segunda parte da Moral”: a antropologia moral de Kant e sua relação com a metafísica dos costumes. Ethic@. Florianópolis, v.1, nº1, jun. 2002.
- LUSTOSA, Isabel. Henri Plasson e a primeira imprensa francesa no Brasil (1827-1831). Revista Escritos. Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa.

- Rio de Janeiro, nº 9, 2015, p. 77-93. Disponível em [http://www.casarui-barbosa.gov.br/escritos/numero09/cap\\_03.pdf](http://www.casarui-barbosa.gov.br/escritos/numero09/cap_03.pdf).
- MELO, J. A. F. de. A Correspondência do Barão de Wenzel de Mareschal. R.IHGB. Rio de Janeiro, nº 134, 1916.
- MÉLON, Pierre. O General Hogendorp. Soldado de Frederico, o Grande, Governador em Java, Ajudante-de-campo de Napoleão Bonaparte, Eremita no Rio de Janeiro. Niterói: Casa Jorge Editorial, 1996.
- MOREL, Marco (org.). Sentinela da Liberdade e outros escritos (1821-1835). São Paulo: Edusp, 2009.
- MOREL, Marco. As transformações dos Espaços Públicos. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005.
- NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. Against the Grain: Portugal and Its Empire in the Face of Napoleonic Invasions. In: PLANERT, Ute (ed.). Napoleon's Empire: European Politics in Global Perspective. New York: Palgrave Macmillan, 2015, p. 101-113.
- \_\_\_\_\_. Napoleão Bonaparte: imaginário e política em Portugal, c. 1808-1810. São Paulo: Alameda, 2008.
- \_\_\_\_\_. Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência. Rio de Janeiro: Revan/FAPERJ, 2003
- \_\_\_\_\_. Comércio de Livros e Censura de Ideias: a atividade dos livreiros franceses no Brasil e a vigilância da Mesa do Desembargo do Paço (1795-1822). *Ler História*. Lisboa, nº 23, 1993, p. 61-78.
- PESCHANSKI, Denis; POLLAK, Michael; ROUSSO, Henri. Le temps présent, une démarche historique à l'épreuve des sciences sociales. In: \_\_\_\_ (Dir.). *Histoire politique et sciences sociales*. Paris: Editions Complexe, 1991.
- POCOCK, J. G. A.. Politics, Language and Time. Essays on Political Thought and History. New York: Atheneum, 1971.
- PUIGMAL, P. (comp.). Diccionario biográfico y prosopográfico de los militares napoleónicos durante las campañas de la independencia de Argentina, Chile y Perú (1810-1830). Chile: Ediciones de la Dirección de Bibliotecas: Archivos y Museos, t. I, 2013.
- \_\_\_\_\_. Diccionario de los militares napoleónicos durante la independencia

- de los países bolivarianos (Colombia, Venezuela, Panamá, Bolivia, Ecuador). Chile: Ediciones de la Dirección de Bibliotecas: Archivos y Museos, t. II, 2015.
- RAMOS, Vitor. A edição de Língua Portuguesa em França (1800-1850). Paris: Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1972.
- Revista História. Chile, n. 46, ene.-jun. 2013, p. 113-151. Disponível em: <http://revistahistoria.uc.cl/index.php/rhis/article/view/64/58>.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. O sol do Brasil: Nicolau An-toine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de D. João (1816-1821). São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- SENTINELA da Liberdade na guarita de Pernambuco. Recife: Typ. De C & C, n° 50, 24 setembro 1823.
- SILVA, Antonio de Moraes. Dicionário da língua portuguesa. 2ª ed. Lisboa: Tip. De M. P. Lacerdina, 1813, v. 1 (Ed. Fac-simile de 1922).
- SILVA, Armando B. Malheiro da. In: SILVA, M. Beatriz N. da Silva (coord.). Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil. Lisboa: Verbo, 1994, p. 99-100.
- SIMIAND, François. Méthode historique et Science Sociale. Étude Critique d'après les ouvrages récents de M. Lacombe et de M. Seignobos. *Révue de Synthèse Historique*, Paris, t. 6, n. 17, avr. 1903, p. 154-156. Disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k101532s>
- SOUSA, Octavio Tarquínio de. A vida de Pedro I. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954, v. 2.
- TAUNAY, Afonso de E.. A Missão Artística de 1816. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1983
- TENTONS l'expérience (editorial). *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. Paris, a. 44, n. 6, nov.-dec. 1989, p. 1317-1323.
- VIANNA, Hélio. Capítulos de história luso-brasileira. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1968.

Recebido em: 19/08/2019 – Aprovado em: 20/09/2019